



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
5ª VARA CÍVEL

Avenida Nações Unidas nº 22.939, 10º andar - Torre Brigadeiro, Santo Amaro - CEP 04795-100, Fone: 5548-3199 r230, São Paulo-SP - E-mail: stoamaro5cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1016800-76.2020.8.26.0005 - Procedimento Comum Cível**
 Requerente: **Emerson Ramos da Costa Lemos**
 Requerido: **Globo Participações e Comunicações S/A e outro**

CONCLUSÃO

Aos 21 de junho de 2021, faço estes autos conclusos ao(à) MM(a). Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Regina de Oliveira Marques**. Celso de Oliveira Martins, Chefe de Seção Judiciário, M315603. rm

Vistos.

EMERSON RAMOS DA COSTA LEMOS propôs a presente AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAIS em face de GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A e ANTÔNIO DRAUZIO VARELLA alegando que era genitor de FABIO DOS SANTOS LEMOS, desaparecido em 03/05/2010, estuprado e encontrado morto em 05/05/2010, quando tinha 09 (nove) anos de idade, restando que o estuprador e assassino da criança, restando como autor dos crimes Rafael Tadeu de Oliveira, hoje reconhecido como o travesti “Suzi”; não obstante, em 1º/03/2020, o correquerido Drauzio entrevistou o presidiário, matéria divulgada pela co- ré no programa FANTÁSTICO, com conotação de sofrimento enfrentado pelo entrevistado diante de sua sexualidade. Em consequência, diante da grande repercussão da matéria, o entrevistado foi alvo de piedade social; por seu turno, o autor, procurado por outros meios de imprensa, sofreu novo abalo psicológico ao reviver os fatos em razão da exposição e do tratamento dado ao presidiário em questão. Teceu considerações acerca da liberdade de imprensa, mas argumentou que restaria limitada a fim de não violar direitos de terceiro, subsumindo os réus ao abuso do direito de informação. Desta feita, requereu a condenação dos requeridos solidariamente ao pagamento de indenização por danos morais estimados em R\$ 200.000,00 e ônus sucumbenciais. Deu à causa o valor de R\$ 200.000,00, juntando documentos.

Gratuidade deferida ao autor.

Devidamente citados, os requeridos contestaram a folhas 62/71 argumentando que a matéria teria tido cunho jornalístico e informativo, sem qualquer abuso ou ilicitude. O contexto teria sido de inegável fito jornalístico e de interesse coletivo, restando que a requerida narrou os fatos - situação dos presidiários - sem conhecimento das práticas delituosas cometidas, restando que jamais teria mencionado o nome da vítima ou do autor, restando publicada desculpas e esclarecimentos. Rechaçou os danos pretendidos ou sua redução e requereu a improcedência da demanda com condenação do autor aos ônus da sucumbência. Juntou documentos.

Réplica a folhas 81/87.

Instadas, as partes requereram o julgamento da lide.

É o Relatório.
 DECIDO.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
5ª VARA CÍVEL

Avenida Nações Unidas nº 22.939, 10º andar - Torre Brigadeiro, Santo Amaro - CEP 04795-100, Fone: 5548-3199 r230, São Paulo-SP - E-mail: stoamaro5cv@tjsp.jus.br

Segundo Carnelutti¹ (CARNELUTTI, Francesco. Sistema de Direito Processual Civil. Vol. II. 1ª Ed. São Paulo: Classic Book. 2000, p.498) o objeto da prova: “é o fato que deve ser verificado e sobre o qual verta o juízo”.

Na objetiva explanação de Giuseppe Chiovenda (CHIOVENDA, Giuseppe. Instituições de Direito Processual Civil.v. III. São Paulo: Saraiva, 1945, p.131):

“provar significa formar a convicção do juiz sobre a existência ou não de fatos relevantes no processo”.

É patente que a admissão da produção das provas passa pela apreciação do julgador quanto a sua legalidade, necessidade, oportunidade e conveniência, cabendo ao juiz o indeferimento das diligências inúteis (art. 370 e 371 do CPC).

O ordenamento processual brasileiro adotou, no tocante a análise das provas, a teoria do livre convencimento motivado ou da persuasão racional do juiz, não havendo provas com valores pré-estabelecidos, deixando o magistrado com ampla liberdade na análise dos elementos de convicção trazidos aos autos pelas partes.

A prova pericial médica psicológica no autor resta totalmente despicienda para auferir se a matéria divulgada provocou abalo íntimo no autor, vez que os danos morais são decorrentes da ilicitude ou culpabilidade pelos atos praticados e conseqüente lesividade causada.

Passa-se, pois, ao julgamento da lide conforme artigo 355 do CPC.

DO MÉRITO.

Trata-se a demanda de típico conflito entre normas constitucionais de liberdade de expressão e manifestação do pensamento contra a violação da intimidade, vida privada, honra e imagem, previsto nos artigos 5º incisos VIII e IX e 220 da Constituição Federal, cabendo ao Poder Judiciário intervir para impedir a violação de direitos.

O direito de informar, assegurado na Constituição Federal (art. 220), embora tenha limites e restrições, somente deve ser coibida a conduta que foge da razoabilidade e que ultrapassa a finalidade de comunicação da imprensa.

Bruno Miragem: “na hipótese de atividade de imprensa não disser respeito a sua finalidade própria, reconhecida inclusive pelo texto constitucional, justifica-se que o intérprete e aplicador do direito estabeleça um rigoroso controle sobre a adequação do objeto da divulgação. O exemplo, nesse caso, poderá ser vislumbrado nas hipótese da exposição de pessoas à consideração do público, quando não exista qualquer distinção que identifique no exercício da atividade da imprensa, o seu aspecto funcional” (Responsabilidade Civil da Imprensa por Dano à Honra, Ed. Livraria do Advogado, 2005, pg. 277/278).

A teor da Súmula nº 221/STJ, "são civilmente responsáveis pelo ressarcimento de dano, decorrente de publicação pela imprensa, tanto o autor do escrito quanto o proprietário do veículo de divulgação".



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
5ª VARA CÍVEL

Avenida Nações Unidas nº 22.939, 10º andar - Torre Brigadeiro, Santo Amaro - CEP 04795-100, Fone: 5548-3199 r230, São Paulo-SP - E-mail: stoamaro5cv@tjsp.jus.br

Não comete ato ilícito capaz de gerar direito à reparação de **dano moral** a empresa **jornalística** que publica **matéria** com ânimo exclusivamente narrativo, sem tecer comentários e sem **distorcer** os fatos.

No caso *sub iudice*, os requeridos - o Órgão televisivo - veículo de transmissão e o comentarista autor da matéria - não obstante o direito de informação, violaram direito personalíssimo do autor, ao veicular matéria que minimizava a condição de presidiário do assassino do filho do autor, menor, sem atentar ao dever de veracidade, ou seja, a investigação do porquê da prisão, com nítido abuso de direito de informação, já que não adotaram a diligência necessária na apuração dos fatos, tampouco a cautela que é recomendável.

Não há que se falar em mera opinião sobre o caso emitida na matéria, mas sim, afastamento de ética com erro inescusável ao tentar justificar a prisão, por sua sexualidade, do assassino que passou a receber atenções do público e o autor, por outro lado, sendo procurado por outros meios para pretensas entrevistas acerca da matéria.

A escolha editorial da correquerida caracterizou negligência ao não prever, o que era indubitável, o alcance e consequências da matéria divulgada.

A matéria "viralizou" nas redes sociais e, se assim o foi, era porque o público sabia quem era a entrevistada. Cumpra a pergunta: somente a Rede Globo e Dráuzio não sabiam de quem se tratava?

Analisando o contexto da matéria veiculada pela requerida e realizada pelo correquerido, qualquer expectador foi induzido erroneamente a acreditar que os entrevistados seriam meras vítimas sociais; devendo ser ressaltado que mesmo se tratando os entrevistados de autores de crimes contra o patrimônio e sua sexualidade, não implicaria em serem assim tratados, já que perniciosos à sociedade como um todo.

A "linha editorial" do órgão de comunicação, realmente, não é determinada pelo Poder Judiciário, mas a veiculação das matérias passa pelo crivo do judiciário quando se mostra violadora.

O correquerido deveria ter tido o discernimento de procurar conhecer os crimes cometidos por seus entrevistados, já que médico atuante no sistema carcerário; agindo em desconformidade, restou negligente.

Também não há qualquer caráter de interesse público na reportagem a justificar a atitude dos réus para tentar reduzir as consequências comprovadas oriundas da matéria, alegando que o entrevistado foi apresentado como mero assaltante; ora, tal fato não lhe eximia de investigar ou, ao menos, perquirir a razão da prisão para que não passasse a imagem de vítima social do presidiário em questão .

Cabal a prova de que os réus agiram com incúria e não conferiram quaisquer dados sobre quem estavam entrevistando, restando culpa *in committendo* ou *in faciendo* com incorreção no desempenho de sua atividade, já que, enquanto veículo de comunicação, tem o dever de realizar a necessária verificação de eventos que lhe são confiados antes de promover sua publicação, de forma a que não cause, no exercício de sua atividade, danos a terceiros.

Portanto, cumpre ressaltar que o fato de a reportagem ter sido elaborada com



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
5ª VARA CÍVEL

Avenida Nações Unidas nº 22.939, 10º andar - Torre Brigadeiro, Santo Amaro - CEP 04795-100, Fone: 5548-3199 r230, São Paulo-SP - E-mail: stoamaro5cv@tjsp.jus.br

base em informações fornecidas por autoridades policiais não exime de responsabilidade a emissora ré, tampouco do entrevistador.

Assim, notória a repercussão da matéria, opinião divulgada e transmitida, com desassossego do autor e situação aflitiva com implicação psíquica que transborda o mero aborrecimento.

Ressalte-se que a divulgação de explicações e pedido de desculpas pelos Réus não afastam os fatos; ao contrário, somente corroboram com o entendimento de que os requeridos reconheceram a negligência praticada e as consequências incidentes no autor.

Contra fatos não há argumentos que se sustentem.

DOS DANOS MORAIS.

Em sentido estrito, dano moral é a violação do direito à dignidade.

Lecionou Xisto Tiago de Medeiros Neto (Dano moral coletivo, São Paulo, LTr, 2004, pág. 54) o dano moral ou extrapatrimonial consiste na lesão injusta imprimida a determinados interesses não materiais, sem equípólencia econômica, porém concebidos como valores jurídicos protegidos como por exemplo: bem-estar, a intimidade, a liberdade, a privacidade, o equilíbrio psíquico, a paz ou ainda o nome, a reputação e a consideração social.

A matéria não apenas divulgou um fato que já existia, mas amplificou o fato e, em decorrência dela, a pessoa do autor passou a ser vítima de constrangimento, fato gerador do dano, o que torna presente o nexo causal.

O fato de não ter sido mencionado o nome da vítima ou do autor, bem como o crime cometido pelo entrevistado na matéria não é capaz de minimizar os efeitos negativos ao autor.

Julgado do STJ da lavra da Ministra Fátima Nancy Andrighi bem equaciona a questão, apontando o importante e significativo papel da imprensa, a lhe impor responsabilidades, estabelecendo como dever anexo da informação.

“O direito à informação não elimina as garantias individuais, porém encontra nelas os seus limites, devendo atentar ao dever de veracidade, ao qual estão vinculados os órgãos de imprensa, pois a falsidade dos dados divulgados manipula em vez de formar a opinião pública, bem como ao interesse público, pois nem toda informação verdadeira é relevante para o convívio em sociedade. 4. O veículo de comunicação somente se exime de culpa quando buscar fontes fidedignas, exercendo atividade investigativa, ouvindo as diversas partes interessadas e afastando quaisquer dúvidas sérias quanto à verossimilhança do que divulgará. (...)” (REsp 1.414.004/DF, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, 3ª Turma, julgado em 18/2/2014, DJe 6/3/2014)

A tranquilidade do autor foi maculado via reportagem televisiva que extrapolou a livre manifestação do pensamento, devendo ser ressaltado que o Direito à informação não é ilimitado e não pode ser entendido como autorização para ofender direitos da personalidade.

"Os direitos da personalidade são supralegais e hierarquicamente superiores aos outros direitos, mesmo em relação aos direitos fundamentais que não sejam direitos da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
5ª VARA CÍVEL

Avenida Nações Unidas nº 22.939, 10º andar - Torre Brigadeiro, Santo Amaro - CEP 04795-100, Fone: 5548-3199 r230, São Paulo-SP - E-mail: stoamaro5cv@tjsp.jus.br

personalidade, como, por exemplo, o direito de imprensa, que não se insere entre os direitos da personalidade" (VASCONCELLOS, Pedro Pais. Proteção de dados pessoais e direito à privacidade. In: Direito da Sociedade da Informação. 1999. v. I., p. 36).

Na reparação dos danos extrapatrimoniais, conforme lição de Fernando Noronha, segue-se o "princípio da satisfação compensatória", pois "o quantitativo pecuniário a ser atribuído ao lesado nunca poderá ser equivalente a um preço", mas "será o valor necessário para lhe proporcionar um lenitivo para o sofrimento infligido, ou uma compensação pela ofensa à vida ou integridade física", como ensinou Fernando Noronha (Direito das Obrigações. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 569).

Um meio de definir o montante das indenizações por danos morais que vem sendo adotado no Superior Tribunal de Justiça (STJ) é o método bifásico. Nesse modelo, um valor básico para a reparação é analisado considerando o interesse jurídico lesado e um grupo de precedentes. Depois, verificam-se as circunstâncias do caso para fixar em definitivo a indenização.

No dizer do Ministro Paulo de Tarso Sanseverino:

"Diante da impossibilidade de uma indenização pecuniária que compense integralmente a ofensa ao bem ou interesse jurídico lesado, a solução é uma reparação com natureza satisfatória, que não guardará uma relação de equivalência precisa com o prejuízo extrapatrimonial, mas que deverá ser pautada pela equidade".

Assim, para a dosimetria dos danos morais, conforme já assentou o Ministro Luis Felipe Salomão, "o juiz pode analisar a gravidade do fato em si e suas consequências; a intensidade do dolo ou o grau de culpa do agente; a eventual participação culposa do ofendido; a condição econômica do ofensor e as condições pessoais da vítima".

O ato ilícito restou configurado em razão da falta de cuidado na investigação daqueles que iriam ser entrevistados, com dano moral presumido (*in re ipsa*) decorrente da divulgação de matéria ofensiva à dignidade e paz do autor.

O dano moral presumido, registre-se, é aquele que decorre da mera comprovação da prática de conduta ilícita, sendo desnecessária a demonstração de prejuízos concretos ou a comprovação probatória do efetivo abalo moral.

Segundo **Antonio Jeová Santos** (*Dano moral indenizável*. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 606):

"A afirmação de que o dano ocorre *in re ipsa* repousa na consideração de que a concretização do prejuízo anímico suficiente para responsabilizar o praticante do ato ofensivo, ocorre por força do simples fato da violação de modo a tornar-se desnecessária a prova do prejuízo em concreto. A prova *in re ipsa* é decorrência natural da realização do ilícito, isto é, surge imediatamente da análise dos fatos e a forma como aconteceram."

No dano moral presumido, verificado o evento danoso, surge, a necessidade de reparação. Dispensa-se a análise de elementos subjetivos do agente causador e é desnecessária a prova de prejuízo em concreto.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
5ª VARA CÍVEL

Avenida Nações Unidas nº 22.939, 10º andar - Torre Brigadeiro, Santo Amaro - CEP 04795-100, Fone: 5548-3199 r230, São Paulo-SP - E-mail: stoamaro5cv@tjsp.jus.br

No direito privado, a responsabilidade civil, consubstanciada no dever de indenizar o dano sofrido por outrem, provem do ato ilícito, caracterizando-se pela violação da ordem jurídica com ofensa ao direito alheio e lesão ao respectivo titular, conforme a regra expressa do artigo 186 do Código Civil, in verbis: "Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, fica obrigado a reparar o dano".

Não se tratou o pleito de dano patrimonial, razão pela qual não seria necessário demonstrar repercussão econômica pela diminuição de ganhos após a publicação da matéria para justificar o acolhimento da conclusão de violação à moral.

Na falta de previsão legal específica, deve o julgador contar apenas com o prescrito no artigo 1.553 do antigo Código Civil par fixar a indenização por arbitramento.

Portanto, ao arbítrio do juiz compete fixá-la, com subordinação, obviamente, às circunstâncias do caso concreto. Essa é a única interpretação que se pode dar ao artigo.

Como preleciona Caio Mário da Silva Pereira, a indenização deve ser constituída de soma compensatória **"nem tão grande que se converta em fonte de enriquecimento, nem tão pequena que se torne inexpressiva"** (Responsabilidade Civil, 2ª edição, Forense, 1990, pág. 67).

Na fixação do *quantum* indenizável, tem-se adotado os seguintes critérios: a situação econômica, social, religiosa, cultural da vítima e do ofensor, além do grau de culpa, divulgação do fato e repercussão no meio social.

Embora a indenização por danos morais não possa ser palco para incremento patrimonial, há de se observar O PERFIL DOS LITIGANTES, PRESERVADO O CARÁTER INIBITÓRIO E PEDAGÓGICO DA REPRIMENDA.

A responsabilidade civil se assenta *"na equação binária cujos pólos são o dano e a autoria do evento danoso. Sem cogitar da imputabilidade do fato danoso, o que importa para assegurar o ressarcimento é a verificação se ocorreu o evento e se dele emanou o prejuízo. Em tal ocorrendo, o autor do fato causador do dano é o responsável"* (in "Responsabilidade Civil", de Rui Stoco, Cap. I- 14.00- Responsabilidade Civil pela prática de atos lícitos - pág. 81).

Para fixação do mesmo, desta vez toma-se a lição doutrinária de Pontes de Miranda que, a páginas 61 do tomo 54, parágrafo 5.536, nº 1 de seu Tratado de Direito Privado, pontificava que *"o dano moral, se não é, verdadeiramente, dano suscetível de fixação pecuniária, tem-se de reparar equitativamente"*¹.

DANO MORAL – Responsabilidade civil – Indenização – Fixação – Livre arbítrio do juiz – Hipótese em que a indenização deve ser estabelecida de acordo com o prudente discernimento do julgador, para que se faça a justiça, sem perder de vista a capacidade contributiva do ofensor – Recurso parcialmente provido. (Apelação Cível n. 965.244-0/3 – São Paulo - 26ª Câmara de Direito Privado - Relator: Renato Sartorelli – 14.04.08 - V.U. - Voto n. 13340).

Tribunal de Justiça de São Paulo

¹ - apud Vair Gonzaga, da Indenização, editora de Direito, pág. 392.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
5ª VARA CÍVEL

Avenida Nações Unidas nº 22.939, 10º andar - Torre Brigadeiro, Santo Amaro - CEP 04795-100, Fone: 5548-3199 r230, São Paulo-SP - E-mail: stoamaro5cv@tjsp.jus.br

INDENIZAÇÃO - Danos morais - Pretendido o aumento da verba - Inadmissibilidade - Quantia que deve obedecer a razoabilidade e a realidade - Ofendido que não deve enriquecer por conta da indenização - Fixação da verba com base nos artigos 49 a 53 da Lei 5.250/67 - Recurso parcialmente provido. O dano moral não pode e não deve ser causa de enriquecimento do ofendido. A indenização, ao que pese ao arbítrio do Magistrado, deve ser fixada em montante compatível, considerados o grau de culpa, a posição do ofendido na sociedade e a capacidade econômico-financeira do causador do dano. (Apelação Cível n. 218.449-1 - São José do Rio Preto - Relator: ANTONIO MANSSUR - CCIV 3 - V.U. - 14.03.95)

Utilizando-se do prudente arbítrio “outorgado” pela lição acima e a minguada de maiores elementos, restando que a culpa deve ser considerada como grave, isto é, falta de diligência que um homem normal observa em sua conduta, restando a dor do ofendido, que é inquestionável, bem como a repercussão da matéria e sendo os requeridos detentores de patrimônio considerável, devem solidariamente pagar ao autor por danos morais o valor de R\$ 150.000,00, indenização esta fixada dentro dos parâmetros da razoabilidade e equilíbrio, em razão da manutenção da posição pelos réus.

Nos casos envolvendo indenização por danos morais, não há prejuízo aferível, mas, sim, estimado ou presumido. Por sua vez, o dever de indenizar, nesses casos está atrelado à decisão judicial que institui o dano e o quantifica, sequer existindo a certeza de sua ocorrência em momento anterior àquele em que é arbitrado.

Por consequência lógica, não se poderia afirmar que o ofensor estaria inadimplente, exigindo-lhe juros de mora a contar do suposto evento danoso, aplicando, nestes casos, a súmula 54 do STJ, ainda mais se tratando de responsabilidade extracontratual.

Afirmou a Ministra Isabel Galotti (RESP n. 1.132.866 – SP. Rel. Min. Maria Isabel Gallotti (2009/0063010-6 (julgado em 23/11/2011):

"Em se tratando de danos morais, contudo, que somente assumem expressão patrimonial com o arbitramento de seu valor em dinheiro na sentença de mérito ou Acórdão (até mesmo o pedido do autor é considerado pela jurisprudência do STJ mera estimativa, que não lhe acarretará ônus de sucumbência, caso o valor da indenização seja bastante inferior ao pedido, conforme a súmula 326), a ausência de seu pagamento desde a data do ilícito não pode ser considerada como omissão imputável ao devedor, para o efeito de tê-lo em mora, pois, mesmo que o quisesse o devedor, não teria como satisfazer obrigação decorrente de dano moral não traduzida em dinheiro nem por sentença judicial, nem por arbitramento e nem por acordo (CC/1916, art. 1.064 e cc/2002, art. 407)".

Neste sentido, o STJ reconheceu, na súmula 362, que a correção monetária do valor da indenização do dano moral tem início com a data do arbitramento, pois é a partir desse instante que o dever de indenizar passa a existir.

STJ: súmula 362: "A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento"

Portanto, a correção se dará pela tabela prática e juros de mora contados desta sentença.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
5ª VARA CÍVEL

Avenida Nações Unidas nº 22.939, 10º andar - Torre Brigadeiro, Santo Amaro - CEP 04795-100, Fone: 5548-3199 r230, São Paulo-SP - E-mail: stoamaro5cv@tjsp.jus.br

Por todo o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para CONDENAR solidariamente os requeridos ao pagamento ao autor de indenização por danos morais no importe de R\$ 150.000,00 devidamente corrigido e acrescido de juros de 1% ao mês, ambos desde a data da sentença até o efetivo pagamento.

Diante da sucumbência mais gravosa dos requeridos e aplicação da Súmula 326 do STJ, os CONDENO ao pagamento de custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% do valor da condenação, conforme artigo 86, § único do C.P.C.

EXTINGO o processo, com julgamento de seu mérito, conforme artigo 487, I do Código de Processo Civil.

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, sendo que eventual início da fase de cumprimento de sentença deverá obedecer ao disposto no art. 917 das NSCGJ, devendo a parte interessada observar que o cumprimento de sentença junto ao sistema informatizado deverá ser cadastrado como incidente processual dependente **e tramitará em apenso aos autos do processo principal**, posto que essa categoria de petição faz parte do conceito de "processos dependentes

Publique-se. Intime-se.

São Paulo, 21 de junho de 2021.

Regina de Oliveira Marques
 Juíza de Direito
 Assinatura Eletrônica

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**